

A MÃO VISÍVEL

Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com



ÁLVARO NASCIMENTO



CARLOS ALBUQUERQUE



JOAQUIM AGUIAR



JORGE MARRÃO



PAULO CARMONA



PEDRO BRINCA

A civilidade dos portugueses (Parte II)

O

JORGE MARRÃO

s portugueses adoram o Estado para os outros e demonizam-no para eles próprios. A ambivalência persegue-nos. Aceitamos a violação dos segredos de justiça desde que não nos confrontemos com a injustiça que se poderia abater sobre nós, se tal nos suceder. As validades dos documentos oficiais são minuciosamente estudadas para que as revalidações se tornem obrigações quase permanentes e penosas de realizar, com um mero intuito de nos manter amarrados e disciplinados pelo Estado onnipotente.

Conduzimos a alta velocidade porque partimos atrasados para tudo. Fazemos ultrapassagens bruscas sem sinalização, porque há sempre um dominó na estrada a impedir de cumprirmos o horário desfasado da realidade que nos é imposta pelas penosas leis. O Estado representado pelas suas zelosas polícias institui limites de velocidade, mesmo em ruas

e estradas largas propícias a andamentos mais velozes, apenas para caçar os infratores, e assim engordar o erário público. Não é a segurança que os move, mas sim a multa. Patrulham-se autoestradas com computadores de bordo para pesquisar os incautos ou negligentes da última inspeção automóvel que não foi realizada, promovendo um negócio e olvidando as tropelias automóveis que assistimos em todas as viagens.

Em parques públicos, não respeitamos os espaços dos outros e a limpeza que queremos quando os visitamos, sofrendo e vivendo com a tragédia dos comuns: o que é de todos não é de ninguém. Numa interminável fila para um almoço ou jantar, adoramos conhecer sempre um funcionário amigo pelo nome próprio para que nos ajude a aliviar a espera impaciente. Protestamos com os passeios cheios de excrementos dos animais de estimação e quando os temos não usamos os saquinhos de recolha, esperando que a chuva e o tempo limpem a nossa irresponsabilidade.

Através do comportamento na condução automóvel e da fruição do espaço público conhecemos a realidade portuguesa. Sabemos, mas não mudamos. Obrigar-nos-ia a respeitar os outros e a abandonar a mesquinhez narcisista. A cultura de um povo estará no seu estilo de vida e do seu Estado, e menos nas grandiosas obras e feitos que nos fazem esquecer aquilo que realmente fomos e somos (continua). ■

“Intriga-me nos portugueses a capacidade constante de porem fora deles a culpa do que são, do que fazem e do que acontece.”

JOSÉ CUTILEIRO

“O PORTUGUÊS VISTO POR (ALGUNS) PORTUGUESES”

DE MARCELLO DUARTE MATHIAS

Quem cabritos vende e cabras não tem...

Q

PEDRO BRINCA

uando, em abril deste ano, o Plano de Estabilidade anunciou um conjunto de medidas de redução da carga fiscal, ganhos de eficácia em benefícios fiscais e revisão da despesa fiscal, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) apontou a falta de credibilidade das medidas, por serem meras expressões de intenção sem qualquer sustentabilidade técnica. Traduzido por miúdos, não se percebeu como se financiaria tais medidas.

A rentréc política trouxe consigo mais uma vaga de anúncios de baixas de impostos, inaugurada pelo PSD. Boa parte da sua motivação assenta na ideia de que o excedente de execução orçamental deste ano é um sinal de que está na hora de aliviar o fardo fiscal dos portugueses.

Eu percebo este apelo. Dentro dos escalões que mais criam valor, existem dois paradigmas de fiscalidade na Europa. Por um lado, temos países pobres, pouco capitalizados e produtivos, com Estados sociais tendencialmente mais frágeis, mas mais competitivos do ponto de vista fiscal e que têm tido uma fortíssima dinâmica de investi-

mento e crescimento. Por outro lado, temos os países ricos, capitalizados, cujas fiscalidades mais pesadas sustentam Estados sociais mais fortes. E, depois, temos Portugal: um país pobre com uma fiscalidade de rico.

Mesmo assim, discutir uma redução de impostos sem falar na forma de a financiar não é sério. Com um orçamento ainda em equilíbrio precário, ou se compromete a consolidação orçamental, ou se racionaliza a despesa.

No que toca à consolidação orçamental, é bom lembrar que, com o aumento das taxas, só em juros vamos gastar num futuro próximo o equivalente a dois PRR ou a cinco aeroportos de Alcochete. E, já em 2024, o equivalente a metade do orçamento das administrações públicas vai para a saúde. Não será ajuizado comprometer agora o que tem sido feito para reduzir a dívida.

Sobra-nos a racionalização da despesa – ou, se quisermos, a reforma do Estado. Por exemplo, investimos mil milhões de euros do PRR na modernização administrativa e das finanças. Seria útil perceber se teve retorno. Em particular, era importante saber se vai permitir ao Estado fazer mais com menos, libertando de forma permanente verbas capazes de sustentar as desdidas de impostos prometidas.

Sem esta discussão, reduzir impostos é como vender cabritos sem ter cabras: vai sempre ser preciso ir buscá-los a algum lado. ■

“Assim, como estão apresentadas no PE, as três medidas não podem ser consideradas credíveis.”

UTAO

EXPRESSO

26 DE ABRIL DE 2023